



■ Presidente p.4

“Desgraça é herdar um pedido de resgate”



■ PSD p.6

Reforma cadastral do território “não pode estar dependente dos ciclos políticos”

# POVO LIVRE



n.º 1940

19 de outubro de 2016

Diretor: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
n.º 105690 - Propriedade: PSD

## Desenvolvimento

# O ORÇAMENTO DO ESTADO É UM “EMBUSTE”



■ Pedro Passos Coelho esteve numa conferência sobre descentralização, organizada pelos Autarcas Social-Democratas, no Porto

PORTUGAL  
A SÉRIE



## O Orçamento do Estado é um “embuste”

Pedro Passos Coelho acusa o Governo, liderado pelo PS, de apresentar “cenários irrealistas”. “O cenário do Governo é muito irrealista. É preciso apontar uma meta realista. O Governo dá a ideia de que está a dar mais rendimento aos portugueses e que tudo será bom. Ora, temos aqui um milagre que não se percebe porque nunca foi feito”, afirmou o presidente do PSD.

Pedro Passos Coelho, que falava aos jornalistas quarta-feira, 12 de outubro, durante uma visita a uma fábrica de instrumentos médicos no concelho de Odivelas, afirmou que os resultados mostram que a economia portuguesa “estagnou este ano” e que as previsões para o resto de 2016 “não são muito positivas”.

“Não há uma economia a crescer mais. Se aí vem mais dinheiro, de onde é que ele vem?, questionou o líder do PSD, respondendo que estava convicto de que “irão vir mais impostos indiretos sobre as famílias portuguesas”.

Sobre o caminho que deveria ser seguido, Pedro Passos Coelho defendeu que o Governo deverá alterar a sua abordagem económica e privilegiar a atração de investimento externo e o crescimento das exportações.

“Não se podem fazer mais reversões. É necessário oferecer mais confiança aos investidores e não criar cenários de incerteza”, apelou.

O líder do PSD instou o Governo a apresentar um Orçamento do Estado que seja “realista” e que não contenha medidas “artificiais”.

Numa conferência sobre “Descentralização – O Caminho do Desenvolvimento”, organizada pelos Autarcas Social-Democratas, no Porto, dia 17, Passos Coelho frisou que a sobretaxa do IRS foi criada como uma medida extraordinária e “sem contrapartidas de subidas de outros impostos”, algo que diz estar a acontecer agora. O presidente do PSD classifica a proposta de Orçamento do Estado de “embuste”, repleta de “truques e várias injustiças”, por tornar permanente uma austeridade que seria temporária.



“Então o que estamos é a transformar em impostos permanentes aquilo que tinha sido apresentado como uma solução de emergência, num quadro muito especial e foi isso que se chamou austeridade. Se agora estamos a transferir a austeridade dos impostos diretos (...) [para

impostos permanentes que são lançados sobre as pessoas e as mais variadas atividades económicas (...), então estamos a institucionalizar e a tornar permanente essa austeridade que era de emergência e isso evidentemente é um embuste, um engano”, afirmou Passos Coelho.

Para o líder do PSD, o Governo “de um lado diz que está a virar a página da austeridade e do outro lado [está] a criar agravamentos permanentes, ou novos impostos mesmo, para poder gerar a mesma receita que se está a perder do lado das medidas extraordinárias”.

Passos Coelho acrescentou ainda considerar que o OE contém uma “ratoeira”, uma vez que “o Governo não está a ser transparente nas previsões que faz para o próximo ano”, tornando o país “dependente do resultado deste ano e de resultados que podem ser extraordinários e não sustentáveis, o que significa, portanto, que existe uma espécie de gestão do défice à volta dos 3% e da dívida à volta de 130%” que faz com que seja impossível a Portugal “sair do sítio”.

O líder do PSD rotulou de “lamentável” a decisão do Governo sobre as pensões, já que “ao mesmo tempo que acaba com a Contribuição Extraordinária de Solidariedade para pessoas que têm pensões muito elevadas, de muitos milhares de euros, entende que não deve atualizar extraordinariamente as pensões mais baixas, o que é uma coisa que não se percebe”.

“Não há nenhuma razão para escolher o meio do ano para iniciar os aumentos extraordinários e não há nenhuma razão para excluir as pensões mais baixas. E o argumento de que são excluídas porque foram as únicas que o governo anterior foi atualizando, justamente com o argumento de que eram as pensões mínimas e portanto eram as mais baixas e precisavam de convergir para valores mais próximos das outras, então esse nem sequer se compreende”, declarou Passos Coelho, para quem “o Governo dá muitas desculpas, mas não responde ao essencial”.

Passos Coelho resumiu a sua posição face à proposta de OE para 2017 dizendo que “este Governo não tem uma linha reformista, não tem uma estratégia para pôr a economia a crescer e sendo assim vai deixar o país adiado”.

## PSD rejeita mudanças à lei eleitoral que sejam “fatos à medida”

O presidente do PSD mostrou-se contrário a alterações à lei eleitoral das autarquias locais por as eleições se estarem a aproximar e por ser desnecessário fazer “fatos à medida”.

Logo no começo da intervenção na conferência dos ASD, Passos Coelho referiu não ser tempo “para estar a mexer na lei eleitoral”. “Parece que há quem as queira fazer para promover candidaturas independentes. E parece que é assim uma espécie de fato feito à medida de uma candidatura independente, aqui no Porto até. Quero dizer que essa é uma falsa questão. Essa candidatura independente do Porto foi eleita nas últimas eleições sem nenhum problema na lei eleitoral”, afirmou Passos Coelho, referindo-se ao atual presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira.

Passos Coelho declarou que “não é preciso estar a fazer fatos à medida nem andar a fazer mexidas à última da hora na lei eleitoral autárquica para que todos estejam em boas condições de se apresentar às eleições”.

Por outro lado, o líder social-democrata disse que talvez seja uma altura de pensar na lei eleitoral para a Assembleia da República, “na medida em que não se estão a descortinar processos eleitorais próximos”, sem adiantar mais pormenores.

Sobre a eleição direta dos presidentes das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, Passos Coelho disse que o Governo começou a “construir a casa pelo telhado” sem questionar: “mas qual é o órgão em si que vai ter novas competências? Que competências são essas? O que é que eles vão fazer? Só depois disso é que faz sentido dizer se vale a pena ou não vale a pena fazer uma eleição direta”.



Debate quinzenal no parlamento

# “Desgraça é herdar um pedido de resgate”



O presidente do PSD acusa o primeiro-ministro de falsear a realidade, confrontando António Costa com o facto de a economia portuguesa estar a crescer quase metade do que o Governo previu para 2016. “O país não pode levar a sério nem um primeiro-ministro, nem um Governo que falseia a realidade”, afirmou Pedro Passos Coelho, durante o debate quinzenal com o primeiro-ministro na Assembleia da República, 14 de outubro.

Sublinhando que basta olhar para os dados de qualquer fonte credível sobre os juros que Portugal está a pagar a 10 anos para se ver que “não estão a correr bem”, ao contrário do que o primeiro-ministro diz, Passos Coelho recusou a desculpa utilizada por António Costa da herança deixada pelo anterior executivo de maioria PSD/CDS-PP. “Desgraça é herdar um pedido de resgate do país como nós tivemos. Não vale a pena queixar-se muito da herança que recebeu porque foi o senhor que a quis agarrar”, sublinhou.

“Quando quiser comparar situação do país e da banca entre 2011 e 2015 tenho muito prazer em fazer esse debate consigo”, referiu o líder do PSD, que questionou António Costa sobre quando fará a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, pergunta que ficou sem resposta.

No dia da entrega da proposta do Governo de Orçamento do Estado para 2017, a intervenção do líder do PSD ficou também marcada pelas interpelações ao primeiro-ministro sobre as “modestas perspetivas de crescimento da economia portuguesa em 2016”, com Passos Coelho a pedir para António Costa explicar qual tem sido “o motor de travagem da economia”.

“Já depois do último debate quinzenal (...), afirmou que infelizmente talvez a economia portuguesa não cresça este ano muito mais do que 1%, talvez um bocadinho



mais do que 1%, mas não muito mais do que 1%, sendo que o Governo tinha uma meta de 1,8”, recordou o líder do PSD, notando que até hoje, o crescimento que pode ser medido representou 0,9%.

Passos Coelho insistiu em perguntar ao primeiro-ministro sobre “o que correu mal”.

“O desemprego não é indicador avançado da economia”, insistiu o líder do PSD, considerando que António Costa “não sabe responder ou não quer responder” à pergunta sobre os motivos de um menor crescimento da economia face às previsões do Governo.



# Duarte Freitas “mostrou uma grande capacidade para comunicar”

Pedro Passos Coelho reconhece que para o PSD não é uma “noite de festa eleitoral”, depois de o PS ter conquistado a maioria absoluta nas eleições regionais dos Açores no domingo. “Lamento que hoje não seja para o PSD uma noite de festa eleitoral”, afirmou Pedro Passos Coelho, numa declaração na sede nacional dos sociais-democratas, em Lisboa, 16 de outubro de 2016.

Segundo os resultados totais provisórios, o PS conquistou maioria absoluta nas eleições regionais dos Açores, ao conseguir eleger 30 deputados do total de 57 parlamentares da Assembleia Legislativa Regional. O PSD conquistou 19 deputados, o CDS-PP quatro, o BE dois e o PCP-PEV e o PPM um deputado cada. Nas últimas eleições, em 2012, o PSD tinha conquistado 20 deputados.

Numa declaração, o líder do PSD admitiu que os açorianos “escolheram a continuidade” e cumprimentou o PS, quer em termos nacionais, quer em termos regionais.

Ao líder regional do PSD/Açores, Pedro Passos Coelho deixou igualmente um cumprimento, sublinhando que Duarte Freitas “mostrou uma grande capacidade para poder comunicar nos Açores a posição do PSD e a sua vontade de mudar”.

“Mas, democraticamente devemos reconhecer que essa não foi a vontade expressa dos açorianos”, acrescentou Passos Coelho, assegurando que, de qualquer forma, o PSD/Açores continuará a lutar por uma região com “mais desenvolvimento económico, com mais emprego, com mais bem-estar”, porque é preciso “ter os olhos postos no futuro”.

“O PSD continua a ser um grande partido de implantação regional, que acredita na autonomia regional e que, com certeza, se irá bater todos os dias pela melhoria das condições de vida dos açorianos e por um futuro melhor para os Açores”, venceu.

Passos Coelho deixou ainda uma nota sobre a “abstenção muito elevada” (59,1%), considerando que “é uma abstenção que responsabiliza todos, quem ganha e quem perde”.



## Continuar a defender os ideais do PSD no parlamento e na sociedade

O líder do PSD/Açores assumiu a derrota eleitoral, num sufrágio em que o PS voltou a obter maioria absoluta, destacando que o PSD irá continuar a defender os seus ideais no parlamento e na sociedade.

“Em democracia quem elege mais deputados vence. O PS foi o partido mais votado no ato eleitoral e é o partido vencedor destas eleições”, reconheceu Duarte Freitas, na sede do PSD/Açores em Ponta Delgada, ilha de São Miguel, numa declaração sem direito a perguntas dos jornalistas proferida às 21h20 locais (mais uma hora em Lisboa).

Duarte Freitas, que falou telefonicamente com o líder do PS/Açores, Vasco Cordeiro, referiu que “hoje a

palavra é daqueles que votaram”, acrescentando que o PSD estará no parlamento, no partido, na sociedade civil e ilha a ilha a “defender uma plataforma política e social que combata o desemprego e melhore a educação e a saúde”.

“Agora vamos continuar a lutar na Assembleia, no partido e na sociedade civil. Apresentaremos sempre propostas que melhorem qualidade de vida dos açorianos”, salientou o eleito pelo círculo de São Miguel, que saudou a eleição dos 57 deputados de todos os partidos.

Duarte Freitas, 50 anos e natural da ilha do Pico, é o sétimo líder do PSD/Açores em 40 anos de autonomia, tendo sido eleito em dezembro de 2012, com 92,6%.

A abstenção atingiu 59,16% nas eleições regionais dos Açores, um recorde absoluto nestes sufrágios, superando os 53,34% de abstenção em 2008, que era até agora o valor mais elevado.

Jorge Moreira da Silva em entrevista

# Reforma cadastral do território “não pode estar dependente dos ciclos políticos”

O PSD, em articulação com o grupo parlamentar do CDS-PP, defende a criação de um Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC), propondo fazer corresponder a cada prédio ou terreno uma única informação integrando cadastro, registo e matriz. Considerando que desde 1926 não se consegue encontrar um modelo adequado e que apenas 50% do território nacional é detentor de cadastro predial (o que corresponde a apenas 17% dos prédios rústicos), o PSD e o CDS-PP apresentaram as alterações que devem ser introduzidas com a criação do SNIC. O vice-presidente do PSD, Jorge Moreira da Silva, concedeu uma entrevista ao “Povo Livre” e ao PSD@TV, para explicar os motivos da necessidade de criação de um Sistema Nacional de Informação Cadastral em linha com as melhores práticas internacionais.

**O PSD e o CDS-PP entregaram na Assembleia da República um projeto de lei que prevê a criação do Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC). Em que consiste concretamente esta proposta?**

Esta é uma das maiores reformas na área do ordenamento do território. Costuma dizer-se que não se protege, ordena ou valoriza aquilo que se desconhece. Portugal verdadeiramente não conhece o seu território. Temos identificado este, há muitos anos, como um dos nossos maiores desafios. Apenas 50% do território português foi alvo de cadastro geométrico, essencialmente no sul, o que corresponde a cerca de 17% de todos os prédios rústicos. Não é aceitável uma situação como esta e em grande medida todos os anos quando temos incêndios. Este é um tema que costuma ser apresentado como uma das causas para um ordenamento florestal menos eficiente. O PSD entendeu, com o CDS, apresentar este diploma e esperamos obviamente que seja realizada uma ampla discussão. Basicamente este diploma procura alterar o paradigma. Atualmente, e desde há 90 anos, a regra é o cadastro geográfico. A ideia é chegar ao município, distrito ou região e dizer: “Vamos fazer o cadastro de toda a propriedade geométrica nesta região”. Isto é muito moroso e é muito caro. Basta reparar que nos últimos oito anos foram feitas operações de cadastro sistemático em apenas sete municípios e isso custou 17 milhões de euros. A lógica do cadastro sistemático de tentar fazer o cadastro ao mesmo tempo de toda a propriedade numa grande região ou num município revela-se ineficiente, muito burocrático e muito dispendioso. Vamos avançar para uma outra visão, que é a do cadastro feito de uma forma incremental do cadastro simples, baseado no prédio e não tanto na região e no município. Isso permite que o particular possa avançar para o cadastro do seu prédio e essa informação é carregada no sistema. Segunda alteração do paradigma: atualmente temos uma desarticulação e incongruência na informação. É possível chegar ao Instituto Nacional dos Registos e Notariado, às Conservatórias, e ter o nosso registo de propriedade uma determinada dimensão. Vamos às Finanças e a matriz fiscal apresenta uma outra dimensão. Mas, na prática, a dimensão do terreno pode ser outra. Existe uma incongruência da informação entre o cadastro geométrico, o cadastro fiscal e o cadastro predial, o que significa que é necessário promover uma integração destes sistemas. Esta é a nossa abordagem nesta reforma. Passa a haver um único número, o número de identificação predial, que beneficia de informação, que é integrada da área fiscal, da área patrimonial e da área geométrica. Deixaremos de ter sistemas que não comunicam entre si e que têm informação que chega a ser incongruente. Terceira grande mudança: a administração pública tem hoje muita informação



sobre a propriedade, mas não a gere de uma forma eficiente, não há uma comunicação adequada entre toda a administração pública, para termos informação suficiente sobre a propriedade. A partir de agora, passa a ser obrigatório que a administração pública carregue no sistema nacional de informação cadastral toda a informação que dispõe de um terreno ou prédio. Quarta grande mudança: hoje quem promove o cadastro é o Estado ou os municípios; a partir de agora, o particular pode promover o cadastro e execução do cadastro passa a ser feita por técnicos de informação cadastral devidamente credenciados, numa lógica de desburocratização. Quinta mudança: é voluntário, mas passa a ser obrigatório o cadastro simples quando esteja em causa um Plano de Pormenor, um processo de licenciamento urbanístico, ou operações de fracionamento ou de emparcelamento, terrenos que estão na bolsa de terras ou projetos que beneficiam de financiamento do “Programa 2020”. Finalmente, para garantir que este processo é gradual, que é dada segurança aos cidadãos/contribuintes, foi estabelecida uma cláusula de salvaguarda: na eventualidade de com o cadastro se originar uma nova informação que valorize o património de um determinado cidadão ou empresa, esse efeito não pode ser efetivado no prazo de cinco anos, isto é, não haverá qualquer efeito fiscal no prazo de cinco anos, no IMI, em resultado das operações de cadastro. Estamos perante uma verdadeira alteração de paradigma que há muitos anos era identificada como necessária.

**O que foi feito pelo anterior Governo, liderado pelo PSD, nesta matéria?**

Esta matéria foi trabalhada essencialmente pelo anterior Governo, eu tive oportunidade de a liderar, ampla discussão, pareceres de várias organizações ficou tudo pronto. O PSD aguardou um ano para que o atual Governo pudesse tirar partido deste diploma e avançar no processo legislativo. Como nada aconteceu, passou um ano e a única coisa que foi criado foi um grupo de trabalho sobre o tema, entendemos que era necessário avançar na assembleia da república com o CDS. Foi um projeto participado por todo o Governo.

**De que forma este sistema poderá prevenir situações como as dos incêndios que foram registados nessa época?**

O cadastro é importante para a prevenção dos incêndios, para sabermos identificar de forma clara proprietário, em que localização e com que dimensão. Temos informação dos proprietários, isso está identificado nas Conservatórias. O problema tem a ver com a dimensão. A propriedade florestal contígua é difícil de identificar, há zonas na transição entre propriedades que o próprio proprietário não tem a noção qual é a sua parcela. A prevenção dos incêndios obriga à gestão florestal, a operações de limpeza. Para podermos assegurar de forma clara quem é o proprietário, em que dimensão e com que localização, o cadastro predial torna-se absolutamente necessário. O senhor Presidente da República fez um apelo a todos os partidos políticos e ao Governo, no último verão, durante os incêndios, para que não deixássemos para mais tarde o que podíamos fazer já. Foi feito um apelo para que os partidos avançassem com reformas e o PSD não deixou de marcar presença, foi pioneiro e espera obviamente que o Governo e todos os partidos possam participar neste processo.

**Que reação espera da parte dos restantes partidos com assento parlamentar, quando a proposta for debatida no Plenário em 21 de outubro?**

Espero uma posição construtiva. Se há matéria que merece um compromisso e consenso é esta. O nosso território precisa de um ordenamento adequado. Fizemos uma ampla reforma do ordenamento do território, desde a lei dos solos ao regime jurídico de urbanização e edificação, a toda a reforma do ordenamento do território que faz concentrar no PDM todas as regras que hoje estão dispersas por vários planos e programas. No fundo, faltava esta reforma. É uma reforma que não pode estar dependente de ciclos políticos e de mudanças de governos. Esta é uma matéria urgente. Espero que, por um lado, exista espírito de compromisso e que, por outro, que todos os partidos possam trazer as suas propostas. O PSD está aberto a melhorar o diploma, de forma a poder incorporar outros contributos.



## Orçamento tem como objetivo “sobrevivência política” do Governo

O PSD considera que a proposta do Governo de Orçamento para 2017 é “um instrumento de curto prazo” com o objetivo da “sobrevivência política”, destacando a decisão “vergonhosa” de não fazer um aumento extraordinário às pensões mais baixas.

“É um instrumento de curto prazo que se destina a cumprir o objetivo de sobrevivência política da solução governativa atual”, afirmou a vice-presidente do PSD, Maria Luís Albuquerque, numa conferência de imprensa, na sede nacional, em Lisboa.

Apontando o aumento de impostos e a injustiça social como “marcas” do documento que foi apresentado na sexta-feira, a vice-presidente social-democrata deixou duras críticas à “opção política de não fazer um aumento extraordinário para as pensões mais baixas”, classificando a decisão como “vergonhosa e absolutamente incompreensível”.

“Estamos a dizer que um Governo não dá um aumento extraordinário de 10 euros a pensões de 200 euros, mas retira a Contribuição Extraordinária de Solidariedade a pensões de 5 e 6 mil euros por mês”, salientou Maria Luís Albuquerque.

Sobre o aumento de impostos, a vice-presidente do PSD sublinhou a subida dos impostos indiretos, não só através do agravamento de alguns já existentes, como pela criação de novos. E, continuou, isto representa “a substituição de medidas que tinham sido criadas com natureza extraordinária para fazer face a um período de emergência” por “impostos de caráter permanente”.

Como exemplo, Maria Luís Albuquerque fez referência à sobretaxa que deveria terminar em 2017, explicando que apenas será reduzido o seu valor, nada garantindo que de facto desapareça ao longo do ano de 2017.

Em relação à atualização dos escalões de IRS, que ficará a cerca de metade da inflação prevista, a vice-presidente do PSD previu que todos os contribuintes serão afetados quer venham a ter ou não reposição de rendimentos, com trabalhadores e pensionistas a “efetivamente pagarem mais” ao longo do ano.

Quanto ao cenário macroeconómico, e depois da revisão feita para 2016, Maria Luís Albuquerque notou que ao não ser feita uma revisão em matéria de receita fiscal quando já são conhecidos dados concretos até ao final do mês de agosto, isso significa que “o ponto de partida para o Orçamento de 2017 em termos de execução é em si mesma uma ficção que afeta gravemente a credibilidade do exercício orçamental”.

“O modelo económico falhou”, argumentou, antevendo um crescimento em 2017 abaixo do registado em 2015.

“Este Orçamento é de curto prazo, ou poderíamos até dizer de curtíssimo prazo, temos impostos logo introduzidos em janeiro, mas temos reposição de rendimentos que vão acontecendo ao mês, ao trimestre, parece uma gestão quase à semana, tentando criar duas ilusões em simultâneo: a ilusão junto dos portugueses de que os rendimentos estão a ser devolvidos e a ilusão de quem nos observa de fora de que há de facto um comportamento de prudência orçamental”, resumiu.

Além disso, acrescentou, o OE para 2017 tem um impacto muito negativo na formação de expectativas dos agentes económicos, com a “incerteza permanente de não se saber, para satisfazer as exigências das clientelas daquilo que é a maioria das esquerdas, que impostos novos vão ser lançados”.

“Daqui a um ano não podemos esperar estar melhor”, lamentou a vice-presidente do PSD, que remeteu para um momento posterior o anúncio sobre se o partido irá fazer propostas de alteração ao documento do Governo, depois de no OE para 2016 ter optado por não apresentar qualquer iniciativa.

O Governo apresentou na sexta-feira a proposta de Orçamento do Estado de 2017, que prevê um crescimento económico de 1,5%, um défice de 1,6% do PIB, uma inflação de 1,5% e uma taxa de desemprego de 10,3%. Para este ano, o executivo liderado por António Costa piorou as estimativas, esperando agora um crescimento económico de 1,2% e um défice orçamental de 2,4% do PIB.

# “O Orçamento é um pacote de impostos”

O PSD define a proposta de Orçamento do Estado (OE) do Governo do PS como um “pacote de impostos” que abarca “12 cargas” sobre os portugueses em áreas como os combustíveis, refrigerantes, casas ou mesmo balas de armas. “O Orçamento do Estado para 2017 é um pacote de aumento de impostos. Em 2017 os portugueses vão pagar mais 3,6 mil milhões de euros em impostos e contribuições do que pagaram em 2015”, com o executivo de PSD e CDS-PP no poder, advogou o deputado do PSD António Leitão Amaro, comentando a proposta de Orçamento no parlamento.

Neste pacote estão “não uma, não duas, não três, mas pelo menos 12 cargas de impostos a pagar” pelos portugueses em áreas como “habitação, veículos, bebidas alcoólicas, combustíveis, alojamento local, tabaco ou as balas” para armas, precisou António Leitão Amaro.

O deputado do PSD alertou ainda para o que diz ser a “grande farsa” em torno do fim da sobretaxa de IRS. “Há meses que as esquerdas prometeram, e foi aprovado e ficou em lei, que a sobretaxa de IRS acabava em 2016. Mas não. Afinal a sobretaxa não acaba em janeiro, em abril, em junho, em novembro de 2017. Aplica-se a todo o ano”, sustentou Leitão Amaro.

E concretizou: “Com este Orçamento todos os rendimentos dos portugueses pagos do primeiro ao último dia de 2017 estão sujeitos a sobretaxa. Mas o Governo preferiu enganar os portugueses, usando um truque que lhes sai caro: vão parando as retenções na fonte, os adiantamentos de impostos, criando a ilusão nas pessoas que a sobretaxa acabou. Mas a sobretaxa vai continuar a ser aplicada e no ano seguinte as pessoas vão pagá-la de uma só vez”.



**Acompanhe-nos no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa, Transmissões em direto, Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História, Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade do PSD**



**Noticiário semanal todas as sextas-feiras**



# Câmara de Lisboa recorre “a todos meios para obter mais receitas”



A vereação do PSD na Câmara Municipal de Lisboa considera que o orçamento da autarquia para 2017, apresentado pela maioria socialista, apenas visa “suportar um ano de propaganda eleitoral” com base em “impostos e taxas pagas pelos lisboetas”. “O que me parece é que este é um orçamento tipicamente socialista, que tem como objetivo suportar um ano de propaganda eleitoral, suportar obras precipitadas e em desrespeito ao esforço financeiro das famílias lisboetas”, frisou o social-democrata António Prôa.

Em 2017, ano de eleições autárquicas, a Câmara de Lisboa tenciona arrecadar mais 28,8 milhões de euros em relação a 2016, em grande parte devido ao aumento da receita com o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT). Ao todo, os impostos diretos representam um encaixe de 342,6 milhões de euros, 159,6 milhões dos quais dizem respeito ao IMT, 109,5 milhões de euros ao Imposto Municipal sobre Imóveis, 55,4 milhões à Derrama e 17,9 milhões ao Imposto Único de Circulação, segundo a proposta de orçamento apresentada dia 12 de outubro, e que ainda será apreciada pelo restante executivo e pela Assembleia Municipal. No que toca às taxas, multas e outras penalidades, o aumento é na ordem dos 11 milhões de euros para 77,3 milhões de euros, valor em que se inclui a receita com a Taxa de Proteção Civil (18,9 milhões de euros) e com a Taxa Turística (15,7 milhões de euros).

Reagindo a este documento, António Prôa notou que é “um orçamento com recurso a mais receita proveniente de impostos e taxas pagos pelos lisboetas”.

No próximo ano, a autarquia espera também mais 29,6 milhões de euros com as receitas de capital, essencialmente devido à “alienação de ativos não estratégicos”, como edifícios municipais que não são considerados como necessários para o município, indica o orçamento. “Vemos aqui com preocupação a continuação desta lógica de aumento da receita proveniente da alienação de património”, realçou o vereador, considerando que estas vendas deveriam “ser condicionadas por um acordo político amplo com as diversas forças partidárias”.

Ao mesmo tempo, António Prôa destacou que todo este “aumento de recursos é consumido em parte no funcionamento da própria Câmara, na aquisição de bens e serviços correntes e no aumento da despesa com o pessoal”.

Em alternativa, o autarca sustenta que “a disponibilidade financeira do município devia significar uma poupança de recursos e uma redução do esforço dos lisboetas”. “Defendemos que, perante o panorama financeiro do município, devia ser aumentada a devolução do IRS [Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares] aos lisboetas e devia ser suspensa a Taxa de Proteção Civil”, sugeriu.

Ao todo, o orçamento municipal para 2017 ascende a um total de 775,1 milhões de euros, mais 51,2 milhões de euros do que foi aprovado para este ano.

Questionado sobre o sentido de voto do PSD aquando da discussão do orçamento na autarquia, António Prôa respondeu que “vai ser seguramente contra”.

O responsável do PSD na autarquia deu ainda conta de que, entre 2008 e 2017 - anos de governação socialista -, o orçamento do município aumentou 42%, os impostos diretos aumentaram 16% e as taxas e tarifas aumentaram 62%”.

“É uma Câmara insaciável, que não para de recorrer a todos meios para obter mais receitas e, ao mesmo tempo, não é capaz de resolver os problemas do dia-a-dia da cidade”, criticou, aludindo a questões como a higiene urbana e o trânsito.

# Falta de funcionários em escolas do distrito de Évora é “alarmante”

O deputado do PSD António Costa da Silva está preocupado com a falta de funcionários em pelo menos dez escolas do distrito de Évora, considerando a situação “alarmante” porque pode comprometer a segurança dos alunos. “De uma análise global que fiz a um conjunto de informações que obtive, pelo menos dez escolas do distrito de Évora, mas são mais, estão com problemas”, afirmou o parlamentar social-democrata.

O deputado eleito pelo círculo de Évora falava a propósito de duas perguntas que dirigiu ao ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, subscritas também por Amadeu Albergaria e Pedro Pimpão, sobre a falta de assistentes operacionais nas escolas.

Numa das perguntas, os três deputados descrevem os problemas em 10 escolas ou agrupamentos dos concelhos de Évora, Borba, Arraiolos, Montemor-o-Novo, Estremoz, Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas.

Costa da Silva disse ter sido alertado por “associações de pais e também por algumas direções de escola”, afirmando que se trata de “uma situação alarmante”, porque pode existir “um problema de insegurança”.

“Tivemos ginnodesportivos que estiveram encerrados por falta de auxiliares e escolas que deveriam ter três funcionários só têm um”, exemplificou, referindo que casos como estes “passam-se em vários concelhos”.

O deputado do PSD calculou que falem “mais de 60 ou 70 auxiliares” nas escolas de todo o distrito, tendo em conta que só no concelho de Évora está identificada a carência de 44 assistentes operacionais.

Acusando o Governo de estar a “tentar esconder o problema” e os partidos que o apoiam de permanecerem “muito silenciosos”, o parlamentar social-democrata exigiu conhecer a dimensão do problema, qual a solução e quando será tomada.

“Andam a fingir que o ano letivo arrancou com uma estabilidade enorme quando é tudo mentira”, criticou, realçando que as escolas “continuam a ter os problemas que sempre tiveram, agora, mais agravados por causa da falta de auxiliares”.

Com a outra pergunta, Costa da Silva adiantou que os deputados do PSD pretendem que o Governo esclareça se mantém o compromisso de financiar a contratação de 38 novos auxiliares para as escolas do concelho de Évora.

“As informações mais recentes que obtive indicam que o Ministério das Finanças não está a aceitar a transferência dessas verbas [para a câmara municipal], o que seria



# Estatuto jurídico dos territórios de baixa densidade promoveria a coesão nacional



No encerramento do debate projeto de lei do PSD que visa criar o Estatuto dos Territórios de Baixa Densidade, Luís Montenegro informou os deputados que este não era um debate para discutir o que cada um fez ou não pela coesão territorial. “Não que nós tenhamos qualquer problema com essa discussão, como aliás se viu no debate, mas sobretudo porque o desafio que lançámos a todos os parlamentares é que pudessem olhar para o futuro e pudessem ver uma realidade que está no dia-a-dia de cada português que tem uma dificuldade em ter uma oportunidade para construir o seu projeto de vida. Trouxemos este tema para olhar para os portugueses, para os jovens que nascem e crescem em territórios onde não conseguem ter as mesmas oportunidades que outros que nascem noutros territórios com mais favorecimentos”, disse.

O líder da bancada do PSD destacou a importância de um quadro-base que, independentemente das políticas que cada partido preconiza, dê um estatuto jurídico a estes territórios. “Alguém pensa que é por decreto que se fixam pessoas, que é com meras intenções que se atingem resultados? A história dos últimos 30 anos fala por si. Em 30 anos, Portugal investiu muito e bem no interior e nos Territórios de Baixa Densidade. Os Territórios de Baixa Densidade têm hoje condições, equipamentos e infraestruturas como nunca tiveram. Mas nós temos de olhar para a evolução e concluir que esse esforço teve mérito, mas não conseguiu atingir o resultado principal: o território português não tem um nível de desenvolvimento harmonioso”, afirmou Luís Montenegro.

Frisando que nos Territórios de Baixa Densidade vive de pessoas que querem ter acesso aos serviços públicos e apostar e arriscar na terra onde nasceram, Luís Monte-



negro expressou que era a pensar nestas pessoas que o PSD pretendia fazer o debate. Contudo, lamenta, o debate que foi feito, “foi um debate pobre. E eu quero aqui dizer, com a humildade de ser um dos 230, de representar a maior bancada deste Parlamento, que hoje houve muita gente que aqui falou, que falou com muito entusiasmo, que falou alto. Mas eu não tenho dúvidas: ninguém os ouviu. A falar assim ninguém nos ouve. As pessoas que estão em casa e que querem uma resposta para o futuro não ouvem estes discursos. As pessoas que estão em casa, que nós representamos, merecem mais”.

Luís Montenegro declarou que “o país não vai perdoar que não tenhamos a capacidade de ter um pacto mínimo para os jovens de Portugal poderem ter todos as mesmas oportunidades. Essa é que é a questão. Queremos ou não queremos uma sociedade onde todos tenham as

mesmas oportunidades, independentemente do sítio onde vivem, onde nasceram, ou da condição económica das suas famílias”, questionou.

O diploma foi apresentado pelo deputado do PSD Jorge Paulo Oliveira, que defendeu a consagração legal dos “territórios de baixa densidade”, uma proposta que “não é panaceia para todos os males” mas poderá ser “promotora do crescimento” das zonas identificadas. O projeto de lei atribui a 165 dos 308 municípios do país o estatuto de “Território de Baixa Densidade” (TBD), do qual beneficiam ainda 73 freguesias, para que possam beneficiar de condições mais favoráveis a nível fiscal, de investimento, de promoção da natalidade e de acesso a serviços públicos. As forças políticas de esquerda, PS, PCP, BE e PEV, uniram-se nas críticas ao projeto do PSD para criar um estatuto específico para as regiões do interior.

# O Orçamento é uma “total desilusão” para a Madeira



O grupo parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa da Madeira caracteriza a proposta de Orçamento de Estado (OE) para 2017 como uma “total desilusão”, no que diz respeito aos compromissos assumidos com a região. “Para nós, é a total desilusão e um completo desapontamento em relação aos compromissos assumidos”, declarou, numa conferência de imprensa no Funchal, o vice-presidente do grupo parlamentar, Carlos Rodrigues.

O deputado social-democrata entende que a proposta do OE apresentada na sexta-feira “fica aquém dos compromissos assumidos porque, em vez de inscrever 5,5 milhões de euros, estão inscritos 3,5 milhões”, mas “a situação mais grave e penalizadora é a não inscrição de qualquer verba para construção do novo hospital da Madeira”.

O PSD/Madeira considera não existir “qualquer justificação plausível para que essa omissão tenha ocorrido”.

Carlos Rodrigues argumenta que a construção desta nova infraestrutura hospitalar tem o parecer unânime dos parlamentos da Madeira e da República, que representam as vontades cidadãos.

Carlos Rodrigues mencionou que o projeto contou com o apoio do primeiro-ministro, tendo António Costa incentivado a apresentação da candidatura a Projeto de Interesse Comum, o que o executivo madeirense efetuou “em tempo recorde” e cumprindo “todos os requisitos”.

Além disso, sublinhou, a Madeira tem “garantidas todas as verbas da sua responsabilidade para que obra possa avançar”.

“A construção do novo hospital não deve ser uma questão partidária e não pode ser usada como arma de arremesso político”, declarou, opinando que “reduzir esta questão a politiquice de segunda é não respeitar a vontade e necessidade dos madeirenses”.

Carlos Rodrigues criticou a decisão dos cinco elementos do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras do Governo nacional, sustentando que, para salvar as “vontades” dos portugueses expressas através das resoluções aprovadas por unanimidade nos parlamentos nacional e regional, o executivo ainda “vai a tempo da inscrição” do projeto no OE2017.

“Esperemos que o bom senso prevaleça por quem de direito e os mesmos compromissos assumidos a o longo deste tempo sejam de facto honrados até à votação final global”, afirmou.

“Caso não aconteça”, acrescentou, os defensores deste projeto “não devem continuar a manter discurso de lamúrias e a chorar sobre o leite derramado”, mas “encontrar uma solução, porventura mais difícil e mas trabalhosa”.

Em 29 de junho deste ano, o Governo Regional da Madeira entregou no Ministério das Finanças, em Lisboa, a candidatura do Projeto de Interesse Comum para construção do novo hospital do Funchal, com capacidade para 558 camas.

A construção tem um custo estimado “na ordem dos 340 milhões de euros”, 80% do qual a ser suportado pelo OE. Prevê-se começar a obra em 2019, com término em 2024. O governo madeirense perspetivava receber do OE2017 cerca de 8,8 milhões para dar início ao processo de expropriações.



Fernando Nogueira na Festa do Pontal

## 1 de Outubro é decisivo para o futuro dos Portugueses

Cavaco Silva

### A decisão mais importante nos últimos tempos

5

## CONVOCATÓRIAS DO PSD

### Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



#### ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Almada, para reunir no próximo dia 02 de Novembro de 2016 (quarta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua da Liberdade nº38A, com a seguinte Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Eleições Autárquicas 2017
- 3 - Análise da situação política

#### BRAGA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Braga, para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2016 (sábado), pelas 15h00, na sala Manuel de Oliveira - Fafe, com a seguinte Ordem de trabalhos

- 1 - Jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Informações

#### COVILHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Covilhã, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 04 de Novembro de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede, sita na Rua Ruy Faleiro, 46 - 1º Dtº, com a seguinte Ordem de trabalhos

Ponto único - Análise da situação política

#### ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Espinho, para reunir, no próximo dia 07 de Novembro de 2016 (segunda-feira), pelas 21h30 na sede, sita na Rua 22 nº 399, com a seguinte Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação política

#### MARINHA GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Marinha Grande, para reunir no próximo dia 31 de Outubro de 2016, (segunda-feira) pelas 21h00, na Sede, sita na Av. 1.º de Maio, n.º 72, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política
- 2 - Outros assuntos

#### PORTO DE MÓS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Porto de Mós, para reunir no próximo dia 26 de Novembro de 2016, (sábado) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Padre Manuel Espírito Santo, nº 2, com a seguinte Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção

**Notas** - As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, podendo ser enviadas nos mesmos prazos por email para gomes.

afonso@portugalmail.com  
- As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00

#### PÓVOA DE LANHOSO CORRECÇÃO DE DATA

A Assembleia de Secção da Póvoa de Lanhoso alterou a data para o dia **27 de Outubro de 2016 (quinta-feira), pelas 21h00**

#### SARDOAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Sardoal, para reunir no próximo dia 04 de Novembro de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, com a seguinte Ordem de trabalhos

- 1 - Análise da situação política actual
- 2 - Eleições Autárquicas 2017
- 3 - Outros assuntos

#### VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Valongo, para reunir no próximo dia 07 de Novembro de 2016 (segunda-feira), pelas 21h30 na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880 - Ermesinde, com a seguinte Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações gerais
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Aprovação do perfil dos candidatos autárquicos.

#### VIANA DO CASTELO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2016 (sábado), pelas 15h00, na sede da Junta de Freguesia de Ganfei, sita no Lugar de Tardinhade, Ganfei - Valença, com a seguinte Ordem de trabalhos

- 1 - Sessão temática "Cooperação transfronteiriça"
- 2 - Análise da situação política local, nacional e autárquicas 2017



#### RECTIFICAÇÃO MESA DO CONGRESSO NACIONAL CONGRESSO DISTRITAL JSD BRAGANÇA

Face à impossibilidade da sede distrital do PSD Bragança em acolher o Congresso Distrital por razões de força maior o Congresso será realizado no Auditório da Sé sito no edifício Fórum Teatro na Avenida Sá Carneiro, Entrada 2F, em Bragança, no dia 22 de outubro.

#### RECTIFICAÇÃO NÚCLEO DE ARCOZELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, que serão convocados todos os militantes do Núcleo de Arcozele, para reunir em plenário eleitoral a realizar no próximo dia 18 de Novembro de 2016, pelas 21horas, na Junta de Freguesia de Arcozele, sita na Av. da Igreja, n.º 279, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Arcozele.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregue em duplicado ao Presidente de Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23:59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede de Concelhia do PSD/Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 1323, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas das 21h00m às 23 horas.

#### ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR NAZARÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia da JSD da Nazaré para reunir em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 12 de novembro de 2016, pelas 17:00, na Sede do PSD da Nazaré, sita no Sítio da Nazaré, 2450-065, Nazaré, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário da JSD Nazaré

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da distrital ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede Distrital, sita na Rua Dr. José Jardim, 32, 2410, Leiria, respeitando as normas dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 17h00m e as 19 horas.

#### MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Mafra da JSD, para reunir no próximo dia 27 de outubro de 2016, pelas 21h, na Sede da JSD Mafra, sita no Terreiro D. João V, n.º 62, 2.º andar, 2640-492 Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política;
- 2 - Análise e votação da proposta para as distinções honorárias concelhias;
- 3 - Outros assuntos.

#### ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Odivelas para reunir em sessão ordinária no dia 27 de Outubro de 2016, pelas 21:00h, na sede concelhia da JSD/PSD Odivelas, situado na Rua Combatentes do Ultramar 20-A Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política;
- 3 - A Educação no Concelho de Odivelas;
- 4 - Outros Assuntos.

#### PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Paredes para reunir em sessão ordinária no próximo dia 4 de Novembro de 2016 pelas 21h30m, na Sede da JSD Paredes, sita na Rua 1.º de Dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política;
- 3 - Outros assuntos.

#### SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Secção do Seixal, para reunir no dia 25 de Outubro de 2016, pelas 21h, na sede concelhia do PSD Seixal, sita na Rua do MFA, nº 11, 2845-380 Amora, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação Política Local;
- 3 - Análise da situação Política Nacional.

#### VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Valongo para reunir no próximo dia 20 de Novembro de 2016 pelas 19h00 na sede do PSD de Valongo, sita na Rua Rodrigues de Freitas, nº 880 - 4445-634 Ermesinde, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Balanço da actividade da Comissão Política;
- 3 - Outros assuntos.